

Classificação	
001 AGI	Manual de Controles Internos Aspectos Gerais
Título	
003	Regras e Parâmetros de Atuação
Responsáveis	
Diretoria	Responsável
Diretoria Executiva	Thiago Herman Luís Pauli
Gerência Geral	Responsável
Gerência Geral Administrativo e Compliance Gerência Geral Administrativo, Financeiro e TI	Fernanda de Deus Matos Fabio Pestana
Gerência	Gestor
Gerência Geral Administrativo e Compliance Gerência Geral Administrativo, Financeiro e TI	Fernanda de Deus Matos Fabio Pestana
Autor(es)	Responsável(eis)
Controles Internos e Processos Compliance	Lígia Couto – Luis Paulo Paiva Wellington Alves
Contato(s) para Esclarecimentos	
Controles Internos e Processos	Lígia Couto
Instrumento Normativo Mandatório	
<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Procedimento
Impacta Matriz de Risco	
<input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> Sim (Controle de Referência:)
Referência Legal	
<ul style="list-style-type: none"> Resolução CVM Nº 35, de 26 de maio de 2021; Resolução CVM Nº 50, de 31 de agosto de 2021; Resolução CVM Nº 43, de 17 de agosto de 2021; Resolução CMN Nº 4.860, de 23 de outubro de 2020. 	
Documentos Vinculados	
.	
Documentos Dependentes	
Controle de Aprovação (1)	
Aprovado pela Diretoria em: 30/12/2022	Válido até: 29/12/2023

(1) Aprovado pela Diretoria em (data de aprovação da versão vigente) e válido até (data em que o documento deve ser revisado).

* Visando ao controle das revisões realizadas, as referidas devem ser registradas na última página do documento.

Sumário

1.	Objetivo	3
2.	Aplicação	3
3.	Implementação	3
4.	Regra(s) Regulamentar(es)	3
5.	Áreas Envolvidas e Responsabilidades	3
6.	Áreas Envolvidas e Responsabilidades	3
7.	Diretrizes Gerais	6
7.1.	Cadastro	6
7.2.	Pessoas Vinculadas	6
8.	Política de Operações de Pessoas Vinculadas e Carteira Própria	7
8.1.	Regras Quanto ao Recebimento das Ordens	7
8.2.	Quanto aos Tipos de Ordens Aceitas	8
8.3.	Quanto à interrupção no recebimento das ordens	8
9.	Horário para recebimento das ordens	9
10.	Formas Aceitas de Recebimento das Ordens	9
10.1.	Pessoas Autorizadas a emitir ordens	9
11.	Prazo de Validade das Ordens	10
12.	Procedimentos de Recusa das Ordens	10
13.	Do Registro das Ordens	10
14.	Do Cancelamento ou Alteração das Ordens	11
15.	Da Execução das Ordens	11
16.	Da Confirmação de Execução das Ordens	12
17.	Da Distribuição dos Negócios, Inclusive Regras sobre Brokerage e Repasse Tripartite	12
18.	Da Especificação do Comitente	13
18.1.	Conta Master Segmento Bovespa	13
18.2.	Investidores não Residentes - Segmento Bovespa	13
18.3.	Ordens Administradas Concorrentes – Admincon	13
18.4.	Conta Máster Segmento BM&F	13
18.5.	Indicação de Repasse e Participante de Liquidação (“PI”)	13
18.6.	Investidores não Residentes	13
19.	Liquidação das Operações	14
20.	Da Custódia de Valores Mobiliários	14
21.	Princípios	14
22.	Disposições Gerais	15
23.	Ouvidoria	15
24.	Regras Específicas Sobre Segurança da Informação na Instituição	16
25.	Sigilo, Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados	16
26.	Conformidade	17
26.1.	Lei Anticorrupção e Confidencialidade das Informações	17
27.	Exceção às Regras estabelecidas Neste Instrumento Normativo	17
28.	Versionamento	17

1. Objetivo

Estabelece por meio deste Documento suas regras e parâmetros de atuação, relativas ao recebimento, recusa, registro, prazo de validade, prioridade, execução, distribuição dos negócios e ao cancelamento das ordens de operações recebidas de seus clientes, bem como aos procedimentos relativos à compensação, à liquidação e custódia das respectivas operações e às regras específicas para realização de operações, disponibilizando aos clientes acesso direto ao Mercado por intermédio da Internet, via DMA (*Direct Market Access*), em conformidade com o determinado pela Diretoria Executiva, pelas normas e legislação vigentes.

2. Aplicação

As regras estabelecidas neste documento devem ser cumpridas pelos dirigentes, funcionários e prestadores de serviços (“Colaboradores” / “Colaborador”) vinculados à Renascença.

3. Implementação

Imediata, a partir da publicação na Intranet Corporativa – Instruções Normativas. Esta Política substitui o documento AGI 03 – Regras e Parâmetros de Atuação.

4. Regra(s) Regulamentar(es)

- [Resolução CVM Nº 35, de 26 de maio de 2021](#): Estabelece normas e procedimentos a serem observados na intermediação de operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários.
- [Resolução CVM Nº 50, de 31 de agosto de 2021](#): Dispõe sobre a prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa – PLD/FTP no âmbito do mercado de valores mobiliários.
- [Resolução CVM Nº 43, de 17 de agosto de 2021](#): Dispõe sobre a instituição da Ouvidoria no âmbito do mercado de valores mobiliários.
- [Resolução CMN Nº 4.860, de 23 de outubro de 2020](#): Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de componente organizacional de ouvidoria pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

5. Áreas Envolvidas e Responsabilidades

6. Áreas Envolvidas e Responsabilidades

Diretoria Executiva Administrativo, Financeiro e TI
Diretoria Executiva Operações

- Aprovar as regras estabelecidas nesta Política; e
- Assegurar a efetividade e continuidade da aplicação desta Política.

Diretoria de *Compliance*, Risco e Ouvidoria
Gerência Geral Administrativo, *Compliance* e Ouvidoria
Gerência Geral Administrativo, Financeiro e TI

- Responder aos requerimentos dos Órgãos Reguladores;
- Garantir que medidas corretivas sejam adotadas quando falhas de conformidade forem identificadas;
- Assegurar, juntamente com a Área de *Compliance*, que as **Regras e Parâmetros de Atuação** estejam em conformidade com as regulamentações vigentes e a determinação da Diretoria Executiva;
- Emitir parecer acerca das ações a serem implementadas para correção das deficiências apontadas; e
- Assegurar que a integridade dos procedimentos executados esteja de acordo com as práticas determinadas pela Instituição e com as regras regulamentares vigentes, junto com as áreas responsáveis.

DPO (*Data Protection Officer*)

- Orientar, sempre que necessário, os colaboradores, diretores, empresas terceirizadas e fornecedores a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
- Realizar as demais atribuições determinadas pela Diretoria Executiva, estabelecidas na Lei nº 13.709/18 e normas complementares, atentando-se à excelência ao atendimento junto aos clientes da Renascença.

Compliance

- Analisar as regras estabelecidas nesta Política em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas, propondo os ajustes necessários;
- Zelar para que as regras estabelecidas nesta Política estejam permanentemente compatíveis com as Políticas Internas de Gestão de Riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Instituição;
- Promover a disseminação desta Política, bem como aculturar a Direção acerca das regras pertinentes; e
- Garantir que as regras estabelecidas nesta Política estejam de acordo com o determinado pela Diretoria Executiva e regulamentações vigentes.

Controles Internos e Processos

- Coordenar o desenvolvimento de mecanismos para o controle e a mitigação dos riscos, visando ao subsídio de planos de ação para a correção de falhas operacionais, especialmente àquelas as quais possam impactar as atividades da Renascença como um todo;
- Monitorar a aderência à Política e avaliar, periodicamente, a efetividade desta, identificando e corrigindo eventuais deficiências;
- Proceder aos testes de controles periódicos para avaliar se os objetivos da Instituição estão sendo alcançados; e
- Reportar ao [Comitê de Risco, *Compliance*, Controles Internos e Processos](#) os controles e procedimentos deficientes.

Cadastro

- Cumprir os dispositivos contidos nos normativos e na legislação vigentes que dispõem sobre o cadastramento de clientes e a manutenção de seus cadastros;
- Proceder ao cadastramento do cliente, respeitando as regras estabelecidas na [Política Cadastro de Clientes](#) e no [Manual de Procedimentos Cadastro de Clientes - Execução](#);
- Assegurar, juntamente com a Área de *Compliance*, que a Política esteja em conformidade com as regulamentações vigentes e determinação da Diretoria Executiva;
- Efetuar os registros nos sistemas de cadastro em conformidade com a Ficha Cadastral e documentação de suporte apresentadas pelo cliente; e
- Assegurar que as diversas áreas envolvidas sejam permanentemente informadas sobre quaisquer alterações realizadas.

Mesa de Operações

- Observar os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Política em todas as suas atividades, colaborando para o fortalecimento da cultura institucional e o alcance dos objetivos da Renascença;
- Garantir que todos os procedimentos que estão sob a responsabilidade da Mesa de Operações sejam executados respeitando as regras estabelecidas nesta Política; e
- Assegurar que a integridade dos procedimentos executados esteja de acordo com as práticas determinadas pela Instituição e com as regras regulamentares vigentes.

Administradores e Gestores

- Observar os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Política em todas as suas atividades, incentivando o conhecimento desta pelos colaboradores sob sua gestão.

Colaboradores e Terceiros Prestadores de Serviços Vinculados à Renascença

- Atuar com comprometimento e diligência para agregar valor ao negócio e evitar prejuízos para a Instituição, devendo prestar contas dos atos que praticarem, na forma estabelecida nos padrões internos e sempre que lhes for demandado. Ao mesmo tempo, todos são proporcionalmente responsáveis pelas decisões tomadas no exercício de suas respectivas atribuições; e
- Observar os princípios e diretrizes estabelecidos nas **Regras e Parâmetros de Atuação** em todas as suas ações e atividades, colaborando para o fortalecimento e a excelência nos processos da Instituição.

Auditoria Interna

- Auditar e testar periodicamente os mecanismos para acompanhamento, controle e mitigação dos possíveis riscos administrativos e de Segurança da Informação, inclusive assegurando a verificação de sua eficácia e efetividade;
- Avaliar os sistemas (fontes de informação, integridade e completude dos dados), bem como a adequação e conformidade dos processos; e
- Executar e entregar os trabalhos de acordo com as determinações das normas e exigências legais.

Auditoria Externa

- Garantir à Diretoria Executiva e aos demais interessados a confiança nas suas Demonstrações e resultados relacionados aos processos financeiros, tecnológicos e administrativos, e se estes representam adequadamente a posição financeira e

- patrimonial da Instituição, bem como se atendem de forma eficiente às exigências legais; e
- Executar e entregar os trabalhos de acordo com as determinações das normas e exigências legais.

7. Diretrizes Gerais

7.1. Cadastro

O cliente, antes de iniciar suas operações, deverá fornecer todas as informações cadastrais solicitadas, mediante o preenchimento e assinatura da respectiva Ficha Cadastral, da assinatura do Contrato de Intermediação, do correspondente Termo de Adesão ou instrumento equivalente, e da entrega de cópias dos documentos requeridos.

O cliente deverá informar à **Renascença** quaisquer alterações que vierem a ocorrer nos seus dados cadastrais e atualizar sua documentação cadastral periodicamente, conforme determinação da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto 2021. Na falta de atualização das informações, o cliente ficará impedido de abrir novas posições até a devida regularização, cabendo à **Renascença** promover a correspondente alteração no cadastro do cliente, inclusive junto à **Bolsa**.

7.2. Pessoas Vinculadas

Somente as pessoas vinculadas à Renascença poderão negociar valores mobiliários por conta própria, direta ou indiretamente, utilizando recursos próprios, sem prejuízo do disposto no **item Prazo de Validade das Ordens** abaixo aduzido.

Serão consideradas pessoas vinculadas:

- a) Administradores, empregados, operadores, prepostos, estagiários e trainees da Renascença;
- b) Agentes Autônomos de Investimentos que prestem serviços à Renascença;
- c) Demais profissionais que mantenham, com a Renascença, Contrato de Prestação de Serviços diretamente relacionado com a atividade de intermediação;
- d) Sócios ou acionistas da Renascença, pessoas físicas.
- e) Os sócios, acionistas e sociedades controladas direta ou indiretamente pela Renascença e pessoas jurídicas, excetuadas as instituições financeiras e as instituições a ela equiparadas;
- f) Cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens “a” a “e”;
- g) Os clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas (que tenham poder de influência nas decisões de negociação do administrador), salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados;
- h) A Carteira própria da Renascença.

As pessoas vinculadas à **Renascença** somente podem negociar valores mobiliários por conta própria, direta ou indiretamente, através da **Renascença**, com exceção: (i) das instituições financeiras e às entidades a elas equiparadas; (ii) das operações em mercado organizado em que a **Renascença** não seja autorizada a operar; e (iii) em relação às operações em que a **Renascença** não participe da distribuição dos valores mobiliários ofertados publicamente.

As pessoas que estejam vinculadas a mais de uma corretora, deverão negociar valores mobiliários exclusivamente por uma das corretoras com as quais mantenham vínculo.

8. Política de Operações de Pessoas Vinculadas e Carteira Própria

São vedadas às pessoas vinculadas à **Renascença**:

- a) Negociar valores mobiliários por intermédio de outro Participante.
- b) Negociar na **Bolsa** títulos e valores mobiliários, se possuírem informações privilegiadas.
- c) Negociar títulos e valores mobiliários apoiadas nas ordens dos clientes, com intenção de obter preços melhores na sua negociação pessoal.
- d) A concessão de financiamento para a compra e empréstimos de ações para venda junto à **Renascença** (Conta Margem).
- e) Realizar, em quaisquer mercados, operações denominadas *Day-Trade*.
- f) A RENASCENÇA DTVM LTDA não permite operações de pessoas físicas nos seguintes mercados: Títulos Públicos, exceto Tesouro Direto; Títulos Privados e Mercado Futuro. Ficando a pessoa física restrita às operações de Bolsa: Ações, Termo, Aluguel e Opções.

Salvo autorização expressa da Diretoria, as pessoas físicas não vinculadas à **Renascença** ficam restritas às operações de Tesouro Direto, não lhes sendo permitido operar em quaisquer dos demais mercados.

As ordens de operações de pessoas não vinculadas à **Renascença** devem ter prioridade em relação às ordens de pessoas a ela vinculadas.

A **Renascença** opera carteira própria nos segmentos de mercado da **Bolsa**, garantindo total segregação entre suas operações e as operações realizadas por seus clientes. Para tanto, utiliza contas específicas, de acordo com a prestação de seus serviços, a saber:

- a) *Client Facilitation*: destinada às operações de aquisição de valores mobiliários com a finalidade de auxiliar o mercado na melhoria de liquidez de ativos, realizado independentemente de solicitação do cliente. Os negócios são executados por meio de *algorithmic trading*, os quais identificam o *best execution* da operação para o investidor. O negócio pode ser total ou parcialmente executado e, nesse caso, o saldo deve ser enviado à **Bolsa** automaticamente para execução no mercado, conforme as condições definidas pelo investidor. O algoritmo evita qualquer priorização ou preterimento de atuação e obedecem rígidos controles internos;
- b) Operações estruturadas: destinada à todas as operações no mercado que sejam a combinação de dois ou mais ativos;
- c) *Brokerage*: destinada à transferência de operações entre Participantes, em que o Participante-Destino passa ao Participante-Origem, para cumprimento e subsequente devolução das operações, as ordens recebidas de terceiros, clientes do Participante-Destino;
- d) Manutenção do capital próprio;
- e) Conta Erro: destinada, exclusivamente, para alocação de erros operacionais.

As pessoas vinculadas poderão atuar na contraparte das operações realizadas pela **Renascença** mediante autorização do cliente, expressa em sua Ficha Cadastral. Esta situação será indicada na nota de corretagem em que uma pessoa vinculada atuou na sua contraparte.

8.1. Regras Quanto ao Recebimento das Ordens

Para efeito destas regras e da Resolução CVM Nº 35, de 26 de maio de 2021, entende-se por “Ordem” o ato pelo qual o cliente determina à **Renascença** a compra ou venda de ativos ou direitos, ou o registro de operação em seu nome e nas condições que especificar, observada a forma de transmissão indicada na respectiva Ficha Cadastral.

8.2. Quanto aos Tipos de Ordens Aceitas

A **Renascença** deve receber os tipos de ordens a seguir identificados, para operações nos mercados A Termo, À Vista, de Opções, Futuros, de Swap e de Renda Fixa, desde que o cliente atenda às demais condições estabelecidas neste Documento.

Segmento BM&F e Segmento BOVESPA

- **Ordem a Mercado:** É aquela que especifica somente a quantidade e as características dos ativos ou direitos a serem comprados ou vendidos, devendo ser executada a partir do momento que for recebida.
- **Ordem Administrada:** É aquela que especifica somente a quantidade e as características dos ativos ou direitos a serem comprados ou vendidos, cabendo à **Renascença**, a seu critério, determinar o momento e os sistemas em que as ordens serão executadas.
- **Ordem Discricionária:** É aquela dada por administrador de carteira de títulos e valores mobiliários ou por quem represente mais de um cliente, cabendo ao emitente estabelecer as condições em que a ordem será executada.

Após sua execução, o emitente indicará o(s) nome(s) do(s) comitente(s) a ser(em) especificada(s), a quantidade de ativos ou direitos a serem atribuídos a cada um deles e o respectivo preço, no prazo estabelecido pela **Bolsa**.

- **Ordem Limitada:** É aquela que deve ser executada somente a preço igual ou melhor do que o especificado pelo cliente.
- **Ordem Casada:** É aquela cuja execução está vinculada à execução de outra ordem do cliente, podendo ser com ou sem limite de preço.
- **Ordem Monitorada:** É aquela em que o cliente, em tempo real, decide e determina à **Renascença** as condições de execução.
- **Ordem Stop:** É aquela que especifica o preço do ativo ou direito a partir do qual a ordem deverá ser executada.
- **Ordem de Financiamento:** É aquela constituída por uma ordem de compra ou de venda de um ativo ou direito em um mercado administrado pela **Bolsa** e outra concomitante de venda ou compra do mesmo ativo ou direito, no mesmo ou em outro mercado também administrado pela **Bolsa**.

Caso o cliente não especifique o tipo de ordem relativo à operação que deseja executar, a **Renascença** escolherá aquela que melhor atenda às instruções recebidas.

Todas as ofertas de compra e venda enviadas via DMA são transmitidas diretamente para o pregão da **Bolsa** e serão sempre consideradas do tipo "Limitada", ou seja, o cliente deve, obrigatoriamente, definir a quantidade e preço da oferta.

8.3. Quanto à interrupção no recebimento das ordens

Em caso de interrupção do sistema eletrônico de comunicação da **Renascença**, por motivo operacional ou de força maior, as ordens devem ser emitidas/transmitidas pelo cliente diretamente à(s) mesa(s) de operações da **Renascença**, por meio eletrônico ou através dos telefones disponíveis no site da **Renascença**: www.dtvm.com.br.

9. Horário para recebimento das ordens

As ordens devem ser recebidas durante os horários regulares de funcionamento dos respectivos mercados administrados pela **Bolsa**.

Não obstante o acima disposto, quando o cliente utilizar os meios eletrônicos, a ordem poderá ser transmitida por ele a qualquer dia e hora, ficando gravada no sistema da **Renascença** até ser encaminhada para a Bolsa, o que ocorre quando da abertura do mercado.

10. Formas Aceitas de Recebimento das Ordens

A **Renascença** receberá e executará as ordens de cliente ou de terceiros em seu nome e com poderes de representação, devendo estas ordens ser verbais: por telefone ou outros sistemas de transmissão de voz; por meios eletrônicos; escritas: transmitidas por carta, e-mail, fac-símile, sistema de mensagem eletrônica ou sistema de operações via internet; ou transmitidas pessoalmente(*), conforme previsto na Ficha Cadastral, sendo que o cumprimento das instruções será formalizado mediante registro e anotação em boletas eletrônicas.

Entendem-se como meios eletrônicos os serviços de mensagens instantâneas (*Bloomberg, Reuters e Skype*), sistemas de roteamento de ordens, sistemas eletrônicos de negociação via *DMA - Direct Market Access*, ou qualquer outro sistema eletrônico de ordens que venha a ser disponibilizado pela **Renascença**.

Novas formas para transmissão de ordens aceitas pela **Renascença** deverão ser divulgadas no site www.dtv.com.br.

Em razão dos riscos inerentes aos meios de comunicação utilizados nos sistemas eletrônicos de negociação da **Bolsa** e *DMA*, a **Renascença** não poderá ser responsabilizada por problemas de transmissão de ordens, interferências, ou intervenções causadas por terceiros ou próprias do meio utilizado.

Os registros das ordens transmitidas serão armazenados por um prazo de 05 (cinco) anos, conforme o requerido pela legislação vigente.

() as ordens recebidas pessoalmente serão formalizadas por escrito*

10.1. Pessoas Autorizadas a emitir ordens

A **Renascença** somente poderá receber ordens transmitidas pelo cliente, por seu administrador de carteira devidamente credenciado perante à CVM e por seus representantes legais ou procuradores, desde que devidamente autorizados e identificados na Ficha Cadastral.

No caso de procurador, caberá ao cliente apresentar o respectivo instrumento de mandato à **Renascença**, a ser arquivado juntamente com a Ficha Cadastral, cabendo, ainda, ao cliente, informar à **Renascença** sobre a eventual revogação do referido mandato.

Tendo em vista que a senha e a assinatura eletrônica para operações através do Sistema *DMA - Direct Market Access* são pessoais e intransferíveis, recomenda-se a não divulgação destas informações a terceiros, especialmente àqueles que não representem o cliente de forma legítima, ficando a **Renascença** a salvo de quaisquer demandas ou reclamações que porventura venham a existir pela utilização indevida destas informações.

11. Prazo de Validade das Ordens

As ordens terão validade de acordo com o prazo determinado pelo cliente quando de sua emissão/transmissão.

12. Procedimentos de Recusa das Ordens

A **Renascença** poderá, a seu exclusivo critério, recusar ordens de seus clientes, no todo ou em parte, mediante comunicação imediata ao cliente, não sendo obrigada a revelar as razões de recusa.

A **Renascença** recusará ordens de operações de cliente que se encontre, por qualquer motivo, impedido de operar no Mercado de Valores Mobiliários.

A **Renascença**, a seu exclusivo critério, poderá condicionar a aceitação das ordens ao cumprimento das seguintes exigências:

- Prévio depósito dos títulos a serem vendidos ou, no caso de compra ou de movimentações que venham a gerar obrigações, prévio depósito do valor correspondente à operação;
- No caso de lançamentos de opções a descoberto, a Renascença acatará ordens mediante o prévio depósito dos títulos objeto ou de garantias na Central Depositária da Bolsa, por intermédio da Renascença, desde que aceitas como garantia pela Bolsa, ou depósito de numerário em montante julgado necessário;
- Depósitos adicionais de garantias, a qualquer tempo, nas operações realizadas no mercado de liquidação futura.

A **Renascença** estabelecerá, a seu exclusivo critério, limites operacionais e/ou mecanismos que visem a limitar riscos a seu cliente, em decorrência da variação de cotação e condições excepcionais de mercado, podendo recusar-se a receber as ordens e/ou a executá-las, total ou parcialmente, mediante a imediata comunicação ao cliente.

Ainda que atendidas as exigências acima, a **Renascença** pode recusar-se a receber qualquer ordem, a seu exclusivo critério, e sempre que verificar a prática de atos ilícitos ou a existência de irregularidade, notadamente voltadas à criação de condições artificiais de preços, ofertas ou demandas no mercado, manipulação de preços, operações fraudulentas, uso de práticas não equitativas e/ou incapacidade financeira do cliente, podendo, inclusive, comunicar estas operações aos órgãos competentes.

13. Do Registro das Ordens

A **Renascença** registrará as ordens recebidas por meio de sistema informatizado, o qual atribuirá a cada ordem um número sequencial de controle, data de emissão e horário de recebimento.

A formalização do registro das ordens deverá apresentar as seguintes informações:

- Código ou nome de identificação do cliente na Renascença; data, horário e número sequencial que identifique a serialização cronológica de recepção da ordem;
- Descrição do ativo objeto da ordem (característica e quantidade dos valores mobiliários a serem negociados);
- Indicação de operação de pessoa vinculada ou de carteira própria;
- Natureza da operação (compra ou venda; tipo de mercado: À Vista, A Termo, de Opções, Swap, Renda Fixa e Futuro; e, quando se tratar de operações no segmento BM&F, repasse ou operações de Participantes com Liquidação Direta - PL); ou outros que venham a ser criados;

- Tipo de ordem (A Mercado, Casada, Administrada, Discricionária, Limitada, “Stop”, Financiamento ou quando se tratar de operações de BM&F, também a ordem Monitorada);
- Identificação do emissor / transmissor da ordem nos seguintes casos: clientes Pessoa Jurídica, clientes cuja carteira seja administrada por terceiros, ou ainda, na hipótese de representante ou procurador do cliente autorizado a emitir / transmitir ordens em seu nome;
- Indicação do número da operação na Bolsa;
- Prazo e validade da ordem;
- Identificação do Profissional de Operações;
- Indicação do status da ordem recebida (executada, não executada ou cancelada).

14. Do Cancelamento ou Alteração das Ordens

Toda e qualquer ordem enquanto não executada poderá ser cancelada:

- Por iniciativa do próprio cliente, ou por terceiros por ele expressamente autorizados;
- Por iniciativa da Renascença;
- Quando a operação ou as circunstâncias e os dados disponíveis apontarem risco de inadimplência do cliente;
- Quando contrariar as normas operacionais do Mercado de Valores Mobiliários; casos em que a Renascença deverá comunicar ao cliente.

A ordem enquanto ainda não executada será cancelada quando o cliente decidir alterar quaisquer de suas condições, sendo emitida, se for o caso, uma nova ordem.

O mesmo procedimento será observado no caso de ordem por escrito que apresente qualquer tipo de rasura.

O cancelamento das ordens de operações transmitidas através de DMA somente será considerado aceito após sua efetiva recepção pelo Sistema ePuma, desde que o correspondente negócio ainda não tenha sido realizado.

Os cancelamentos previstos nesta Norma ficarão expressamente identificados no próprio sistema informatizado que formaliza o registro de ordens.

A ordem cancelada será mantida em arquivo sequencial, juntamente com as demais ordens emitidas. O cliente tem claro que serão consideradas validadas todas e quaisquer ordens emitidas e não canceladas, sejam estas transmitidas verbalmente ou por meio eletrônico, incluindo mensagens instantâneas.

Cabe ao cliente certificar-se de que sua ordem foi devidamente executada ou cancelada antes de transmitir nova ordem baseada em suposição ou na incerteza de execução ou cancelamento.

A ordem não executada no prazo pré-estabelecido pelo cliente será automaticamente cancelada pela Renascença.

15. Da Execução das Ordens

Execução de ordem é o ato pelo qual a Renascença cumpre a ordem transmitida pelo cliente, mediante a realização ou registro de operação nos mercados em que opera.

Para fins de execução, as ordens de operações nos sistemas de negociação da Bolsa poderão ser agrupadas, pela Renascença, por tipo de mercado e título ou características específicas do contrato.

Em caso de interrupção do sistema de negociação da Renascença ou da Bolsa, por motivo operacional ou de força maior, as operações, se possível, serão executadas por intermédio de seus sites de contingência.

16. Da Confirmação de Execução das Ordens

Em tempo hábil, para permitir o adequado controle do cliente, a Renascença deve confirmar ao cliente a execução das ordens de operações e as condições em que foram executadas, verbalmente ou por outro meio pelo qual seja possível comprovar a emissão e o recebimento da mensagem.

A confirmação da execução da ordem de operações se dará também mediante a emissão de Nota de Corretagem a ser disponibilizada e/ou encaminhada ao cliente.

O cliente receberá o “Extrato de Movimentações”, emitido mensalmente pela Bolsa, que demonstram os negócios realizados e as posições em aberto em nome do cliente.

A indicação de execução de determinada ordem não representa negócio irretratável, pois caso se constate qualquer infração as normas do Mercado de Valores Mobiliários, a Bolsa e a CVM têm poderes para cancelar os negócios realizados. Dessa forma, as ordens transmitidas à Renascença, via internet, somente serão consideradas efetivamente atendidas quando não se constatar qualquer infração às normas do Mercado de Valores Mobiliários e depois de esgotados os prazos para realização dos procedimentos especiais de negociação previstos nas normas baixadas pela Bolsa ou pela CVM.

17. Da Distribuição dos Negócios, Inclusive Regras sobre Brokerage e Repasse Tripartite

Distribuição é o ato pelo qual a Renascença atribuirá a seus clientes, no todo ou em parte, as operações por ela realizadas ou registradas nos diversos mercados.

A Renascença fará a distribuição dos negócios realizados na Bolsa por tipo de mercado, valor mobiliário e por lote padrão ou fracionário, obedecidos aos seguintes critérios:

- Somente as ordens que sejam passíveis de execução no momento da efetivação de um negócio concorrerão em sua distribuição;
- As ordens de pessoas não vinculadas à Renascença terão prioridade em relação às ordens de pessoas a ela vinculadas; e
- As ordens Administrada, de Financiamento, Monitorada e Casada não concorrem entre si e nem com as demais, pois os negócios foram realizados exclusivamente para atendê-las.

Observados os critérios mencionados nos itens anteriores, a numeração cronológica de recebimento da ordem determinará sua prioridade para atendimento, por conta de cliente da mesma categoria; exceto a ordem monitorada, em que o cliente interfere em tempo real.

A Renascença realiza a distribuição dos negócios de Brokerage e Repasse Tripartite obedecendo às determinações da Bolsa e conforme o item 18 abaixo relacionado – Segmento BM&F – Indicação de Repasse e PL.

As ordens, quando enviadas à Renascença diretamente através do sistema DMA, não concorrem quando da distribuição dos negócios com as demais ordens executadas pela Renascença.

18. Da Especificação do Comitente

A Renascença identificará o comitente dos negócios executados por meio de sua Mesa de Operações no prazo máximo de 30 (trinta) minutos após o registro do negócio, exceto nos casos a seguir.

18.1. Conta Master Segmento Bovespa

A indicação de Conta Máster deverá ser realizada em até 1 (uma) hora a partir do registro do negócio. A identificação dos vínculos (filhotes) deverá ser realizada até às 21h30m, em D+0, para operações no mercado à vista, e até às 21h30m, em D+1, para operações do mercado de derivativos de ações;

- Negócios com mais de 30 (trinta) minutos sem indicação de Conta Máster **não poderão** ser alocados para contas vínculos (filhotes);
- Negócios indicados aos vínculos (filhotes) de determinada Conta Máster **não poderão** ser alocados para vínculos de outra Conta Máster.

18.2. Investidores não Residentes - Segmento Bovespa

A identificação do cliente deverá ser realizada até às 15h00m, em D+1, para operações no mercado à vista, e até às 21h30m, em D+1, para operações do mercado de derivativos de ações.

18.3. Ordens Administradas Concorrentes – Admincon

A indicação deverá ser realizada em conta específica, previamente registrada na Bolsa, em no máximo, 30 (trinta) minutos após registro do negócio.

A identificação dos comitentes deverá ser realizada até às 21h30min, em D+0.

18.4. Conta Máster Segmento BM&F

A indicação deverá ocorrer em, no máximo, 1 (uma) hora após registro do negócio. A identificação dos vínculos (filhotes) deverá ser realizada até às 19h30m, em D+0.

- Negócios com mais de 30 (trinta) minutos sem indicação de Conta Máster não poderão ser alocados para contas vínculos (filhotes);
- Negócios indicados aos vínculos (filhotes) de determinada Conta Máster não poderão ser alocados para vínculos de outra Conta Máster

18.5. Indicação de Repasse e Participante de Liquidação (“PI”)

A indicação deverá ocorrer em, no máximo, 20 (vinte) minutos após registro do negócio. A aprovação ou rejeição deverá ocorrer em, no máximo, 40 (quarenta) minutos após registro do negócio. A identificação da conta final deverá ser realizada até às 19h30m, em D+0.

18.6. Investidores não Residentes

A identificação do cliente cadastrado no regime da Resolução Nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, do Banco Central, deverá ser realizada até às 17h30m, em D+0. Para os demais clientes estrangeiros, a identificação deverá ser realizada até às 21h30m, em D+0.

Não é autorizada a reespecificação de operações, salvo nas quais tenha ocorrido erro operacional. Estas deverão ser justificadas pela Renascença de forma a permitir a identificação da real motivação do erro.

A Bolsa mantém controles sobre resultados e movimentações da conta erro, sendo permitida sua utilização com a finalidade de atribuir operações da carteira própria da Renascença.

19. Liquidação das Operações

A Renascença manterá em nome do cliente conta corrente interna, não movimentável por cheque, destinada ao registro de suas operações e dos débitos e créditos realizados em seu nome.

O cliente obriga-se a pagar com seus próprios recursos à Renascença, pelos meios que forem colocados à sua disposição, os débitos decorrentes da execução de ordens de operações realizadas por sua conta e ordem, bem como as despesas relacionadas às operações.

Para conhecimento das formas de liquidação disponíveis, o cliente deverá entrar em contato com a área de Atendimento.

Os recursos financeiros enviados pelo cliente à Renascença por meio de sistema bancário somente serão considerados disponíveis após a respectiva confirmação por parte da Renascença.

Caso existam débitos pendentes em nome do cliente, a Renascença está autorizada a liquidar, em Bolsa ou em câmaras de compensação e liquidação, os contratos, direitos e ativos, adquiridos por sua conta e ordem, bem como a executar bens e direitos dados em garantia de suas operações, ou que estejam em poder da Renascença, aplicando o produto obtido no pagamento dos débitos pendentes, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial. Se ainda persistirem débitos de liquidação, a Renascença poderá tomar as medidas judiciais que julgar necessárias.

20. Da Custódia de Valores Mobiliários

O cliente, antes de iniciar suas operações no segmento BOVESPA, deve firmar Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários, junto à Renascença.

Os serviços objeto do mencionado contrato compreendem a guarda de ativos, a atualização, o recebimento de dividendos, bonificações, juros, rendimentos, exercício de direitos em geral e outras atividades relacionadas com a prestação do serviço de Custódia de Valores Mobiliários.

O ingresso de recursos oriundos de direitos relacionados aos títulos depositados na custódia ou em garantias na Bolsa será creditado na conta corrente do cliente, na Renascença, e os ativos recebidos serão depositados em sua conta de custódia.

O exercício do direito de subscrição de ativos somente será realizado pela Renascença mediante autorização do cliente e prévio depósito do numerário correspondente.

A falta de manifestação em tempo hábil e/ou inexistência de saldo suficiente ou não transferência de recursos desobriga a Renascença do exercício do direito.

O cliente receberá no endereço indicado à Renascença extratos mensais, emitidos pela Bolsa, contendo a relação dos ativos depositados e demais movimentações ocorridas em seu nome.

21. Princípios

A Renascença observará na condução de suas atividades os seguintes princípios:

- Probidade na condução de suas atividades;

- Zelo pela integridade do mercado, inclusive quanto à seleção de clientes e à exigência de depósito de garantias;
 - Capacitação para desempenho de suas atividades;
 - Diligência no cumprimento de ordens e na especificação de comitentes;
 - Diligência no controle das posições de seus clientes na custódia, com a conciliação periódica entre:
 - Ordens executadas;
 - Posições constantes em extratos e demonstrativos de movimentação;
 - Posições fornecidas pelas Câmaras de Compensação, Liquidação e Central Depositária;
- a) Obrigação de obter e apresentar a seus clientes informações necessárias ao cumprimento de ordens;
- b) Adoção de providências no sentido de evitar a realização de operações em situação de conflito de interesses e assegurar tratamento equitativo a seus clientes; e
- c) Suprir seus clientes, em tempo hábil, com a documentação dos negócios realizados.

22. Disposições Gerais

Todos os custos operacionais e serviços prestados pela Renascença, bem como quaisquer alterações que estes venham a sofrer, estarão disponibilizados no site www.dtv.com.br e poderão variar de acordo com o canal de negociação escolhido pelo cliente para transmissão de suas ordens.

Para as operações realizadas por intermédio da Mesa de Operações da Renascença, os valores cobrados a título de corretagem serão livremente pactuados com o cliente e poderão constar em documentos apartados, os quais integrarão o Contrato de Intermediação e/ou Repasse de Operações, na forma de anexos.

As conversas telefônicas do cliente mantidas com a Renascença e seus profissionais, para tratar de quaisquer assuntos relativos às suas operações, são gravadas, podendo o conteúdo das gravações ser utilizado como prova no esclarecimento de questões relacionadas à sua conta e operações.

As transmissões de ordens recebidas dos clientes serão armazenadas pela Renascença pelo prazo de 5 (cinco) anos, independentemente de sua forma de transmissão.

A Renascença manterá todos os documentos relativos às ordens e as operações realizadas pelo prazo e nos termos estabelecidos pela CVM.

As alterações que vierem a ocorrer nas Regras e Parâmetros de atuação da Renascença serão formalmente notificadas por e-mail ou carta aos seus clientes ativos e disponibilizadas no site: www.dtv.com.br.

23. Ouvidoria

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860/2020 e a Resolução CVM nº 43/2021, a Renascença mantém a disposição de seus clientes um canal de Ouvidoria, que poderá ser contatado por meio do telefone: 0800.770.2244, ou através do endereço eletrônico: ouvidoria@dtv.com.br.

24. Regras Específicas Sobre Segurança da Informação na Instituição

A Renascença, entendendo a importância da segurança da informação, possui regras que visam proteger os ativos de tecnologia da Instituição e os dados dos clientes. Com isso, toda atividade desempenhada na Instituição deve respeitar os princípios estabelecidos nas Políticas informadas a seguir:

- Regras referentes à proteção lógica da informação da Instituição e relacionadas especificamente à Área de TI estão estabelecidas na Política de Segurança da Informação – TI.
- Regras associadas à proteção das informações e da propriedade intelectual da Instituição são pertinentes a todos os colaboradores e terceiros prestadores de serviços. Estas regras estão definidas na Política de Segurança da Informação – Corporativa.
- Regras pertencentes à Segurança Cibernética, bem como a acessos às informações sensíveis de clientes e parceiros, estão determinadas na Política de Segurança Cibernética. A Instituição entende que a segurança cibernética se refere a um conjunto de práticas que protege a informação armazenada nos computadores e aparelhos de computação, sendo transmitida por meio das redes de comunicação, incluindo a internet e telefones celulares.

25. Sigilo, Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados

A Renascença observa e cumpre toda a legislação aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive (sempre e quando aplicáveis) à Constituição Federal, ao Código de Defesa do Consumidor, Código Civil, Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014) e seu decreto regulamentador (Decreto 8.771/2016), à Lei Complementar nº 105/2001 (Lei do Sigilo Bancário), à Lei Complementar nº 166/2019 (altera a LC 105/2001), à Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - “LGPD”), à Lei nº 13.853/2019 (altera a LGPD) e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema. Para tanto, adota as medidas necessárias para garantir a confiabilidade de qualquer colaborador a ela vinculado, que venha a ter acesso aos dados pessoais coletados e tratados no âmbito do relacionamento com clientes, garantindo que o acesso esteja estritamente limitado àqueles que de fato precisam fazê-lo, de forma sigilosa e confidencial e em observância às disposições da LGPD e demais normas aplicáveis ao tema.

Em caso de armazenamento de dados pessoais e/ou dados sensíveis relacionados aos clientes, a Renascença respeitará os padrões adequados de segurança, sigilo e confidencialidade, ficando o referido processo sujeito às auditorias regulatórias.

A LGPD conceitua “dados pessoais” e “dados sensíveis”, ficando tais conceitos definidos como sendo (i) “dados pessoais”: informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável; e (ii) “dados sensíveis”: dado pessoal passível de discriminação, tais como: origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

No âmbito do relacionamento com os clientes, a Renascença estabelecerá controles de governança técnicos e administrativos internos que garantam a integridade e disponibilidade dos dados pessoais tratados, além de garantir a conformidade com a LGPD e demais normas aplicáveis ao tema.

26. Conformidade

26.1. Lei Anticorrupção e Confidencialidade das Informações

A Renascença pauta suas atividades agindo com integridade e honestidade em suas práticas gerenciais e em suas operações comerciais, combatendo a corrupção e o suborno em todas as suas formas, especialmente por meio de seus colaboradores, fornecedores, terceiros e administradores. Desta forma, é vital para a Instituição que todos os mencionados tenham conhecimento e observem todas as normas relacionadas à anticorrupção e suborno, sobretudo a Lei nº 12.846 de 01/08/2013 ("Lei Anticorrupção").

Informações relacionadas às negociações e aos sistemas da Renascença deverão ser mantidas de forma confidencial, inclusive em virtude da possibilidade de acesso remoto dos Colaboradores às referidas informações. Portanto, todo cuidado deve ser tomado quanto ao que é dito, escrito ou comunicado, inclusive, eletronicamente, mesmo que em ambiente de trabalho remoto.

Neste ínterim, todos os Colaboradores deverão proteger as informações relacionadas às atividades da Instituição, devendo empregar o máximo dever de sigilo quanto aos dados obtidos em virtude, inclusive, mas não se limitando, aos acessos remotos efetuados dentro do Programa *Home Office*.

27. Exceção às Regras estabelecidas Neste Instrumento Normativo

Em havendo qualquer exceção relacionada às regras e diretrizes estabelecidas nesta Política, esta deverá ser aprovada, em primeira instância, pela Diretoria Executiva Administrativa, Financeira e TI e pela Gerência Geral Administrativa e Compliance.

28. Versionamento

Versão:	Data de Revisão:	Histórico:
1	30/12/2020	Revisão Anual do conteúdo.
2	30/12/2021	Revisão Anual do conteúdo.
3	30/12/2022	Esta Política substitui o documento AGI 03 – Regras e Parâmetros de Atuação.